

## *Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades*

17

Maria do Livramento Miranda Clementino

Durante muito tempo, no Brasil, as grandes cidades e as capitais estaduais foram o centro mais visível e a prova mais brilhante do desenvolvimento econômico brasileiro. Falava-se da excessiva concentração de capitais, empresas, empregos e riqueza nos grandes centros urbanos, em detrimento de regiões mais atrasadas e do interior do Brasil. A crise dos anos 80, ao prender o país nas malhas da luta contra a inflação, e as tentativas de estabilização monetária e de defesa da taxa cambial, nos anos 90, tornaram as cidades o epicentro da crise. As metrópoles param de crescer e entram num processo de "dissolução" (Santos, 1994) e a pobreza brasileira, aquela oriunda daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, está se aglomerando nelas.

De acordo com Singer (1998), o esvaziamento das grandes cidades deve estar sendo provocado, em parte, pela emigração da indústria para regiões de força de trabalho ainda mais barata, como é o caso do Nordeste do Brasil e, em particular, do Estado do Rio Grande do Norte. Outro aspecto, também considerado como importante, é que as cidades estão mais expostas à globalização neoliberal do que o interior. Os efeitos mais recentes da inserção da economia brasileira na economia internacional, sobretudo, com a redução da proteção devida ao mercado interno, desencadearam o processo de reestruturação produtiva aos moldes da economia globalizada, com impacto significativo sobre os níveis de emprego do setor organizado, urbano.

Além disso, as capitais estaduais têm sido atingidas, violentamente, pela penúria fiscal (Clementino, 2000). Historicamente prestadoras de serviço ao Estado brasileiro, vêem o investimento público diminuir fortemente e o emprego público estagnar. A crise social deteriora a qualidade de vida nas cidades brasileiras, particularmente, nas condições de realização da vida material. Vivencia-se uma sociedade, que se urbanizou muito rapidamente espelhando pressões muito fortes no urbano.

Neste artigo, enfocam-se a economia e a urbanização recente do Rio Grande do Norte, Estado do Nordeste do Brasil que, surpreendentemente, apresentou elevadas taxas de crescimento do PIB, durante a crise dos anos 80 e 90, bem acima daquelas conseguidas pelo Brasil e pelo Nordeste. Pretende-se mostrar que essa dinâmica econômica recente não contribuiu para melhoria da rede urbana e, muito ao contrário, reforçou uma urbanização fortemente concentrada e polarizadora, muito embora saibamos que as grandes concentrações populacionais, em cidades, não devem ser vistas como mero resultado do proces-

so econômico e, sim, como uma das objetivações possíveis do urbano na história. O trabalho faz esse recorte e evidencia que as novas dinâmicas econômicas reforçaram a centralidade urbana preexistente, explicitando as mesmas cidades.

Apresenta-se, inicialmente, sucinta descrição das atividades econômicas; num segundo momento, destaca-se a década de 1970 como ponto de partida e marco da dinâmica recente; em seguida, a análise será feita com referência à diferenciação intra-estadual, destacando-se os focos de dinamismo e as áreas de resistência à mudança. Por fim, será observado o rebatimento espacial de concentração populacional sobre as cidades. Conclui-se que as novas dinâmicas explicitaram as mesmas cidades: Natal e Mossoró.

## Caracterização inicial

No Rio Grande do Norte (3,41% do território do Nordeste brasileiro) vive 5,5% da população regional. Originam-se, aproximadamente, 6,7% da produção regional total (medida pelo PIB), 10,3% da produção industrial e quase 5% da produção agrícola. Cabe destacar que, no Rio Grande do Norte, residem 6,3% da população urbana nordestina e 4,6%, de sua população rural. O lento crescimento que, durante muito tempo, caracterizou o ambiente econômico estadual, foi substituído pelo forte dinamismo de algumas atividades, que se desenvolveram recentemente.

As transformações, que o Estado vem experimentando, dos anos 70 para cá, confirmam um padrão de desenvolvimento, cujas características principais não se diferenciam daquelas apresentadas pela economia brasileira no mesmo período: intensa urbanização, concentração de renda e altos índices de pobreza e exclusão social (Clementino, 1995). O "diferencial no RN" reside nas elevadas taxas de crescimento econômico das décadas de 1980 e 1990.

Ao lado desse dinamismo econômico, sem precedentes na história do Rio Grande do Norte, a pobreza, porém, continua a ser uma de suas características mais marcantes.<sup>1</sup> Aqui, evidenciam-se os maiores índices de exclusão social nas cidades e no campo. Mais de 80% da população tem uma renda de até dois salários mínimos mensais. O índice de indigência, calculado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), órgão da administração indireta estadual, situa-se na faixa dos 46%, portanto, entre os maiores do Nordeste, chegando a mais de 50%, exatamente, nos pólos agroindustriais do Estado.

Trata-se, assim, de um padrão de desenvolvimento econômico insustentável pelos problemas de natureza econômica, social e cultural, que produz, entre outras consequências, uma profunda exclusão social. O dinamismo econômico recente conseguiu, porém, aproximar os indicadores de desempenho econômico e social da média regional, uma vez que, historicamente, sempre estiveram em situação infe-

1 No cenário nordestino (e norte-riograndense) a pobreza é teimosa e recorrente na sua aparição, mesclando espaços e tornando a periferia nacional, fenômeno menos espacial e mais definidor de um modo de vida. Nesse sentido, a lembrança do poema "Olhos dos pobres" "de Baudelaire é ainda oportuna, como contraste entre os olhos, que observam extasiados, o espetáculo das modernas vitrines e a impossibilidade de compor, dignamente, o cenário do qual é excluído. Talvez aí, se tenha com acuidade estética e literária, identificado o contraste entre a modernidade em expansão e os espaços, que fogem ao seu *modus vivendi*" (conforme Berman, 1987).

rior. Lembramos, entretanto, que os indicadores nordestinos sempre foram os piores comparados às outras regiões do Brasil.

## Dinamismo econômico: algo muito recente

A atividade econômica da região Nordeste vem-se mostrando mais dinâmica do que a do país como um todo, a partir da década de 1970. No seu aspecto intra-regional, o desempenho econômico dos estados também apresentou diferenças importantes. O Rio Grande do Norte teve excelente desempenho entre os estados da região no período 1970-2000. No Nordeste, o RN foi o Estado que mais cresceu de 1970 para cá: de 6,7 vezes, contra 3 vezes, o crescimento dos estados nordestinos. No mesmo período, o crescimento da economia nacional foi de 2,3 vezes. Esse "pequeno notável" teve a façanha de conseguir a maior taxa de crescimento do PIB do país na "década perdida" e, como tem, historicamente, uma base econômica pequena, os efeitos dos investimentos tiveram uma capacidade de dinamismo muito forte. Durante a fase do "milagre econômico" (1967-1974) à desaceleração e a crise do "milagre" de 1974-1980, o Produto Interno Bruto (PIB) nordestino apresentou a expansiva média anual de crescimento de 8,7% contra a de 8,6% obtida pelo Brasil, em razão, fundamentalmente, do volume de investimentos públicos (infra-estrutura) e privados (indústria) efetuados durante os anos 60 e 70.

Nesse mesmo período (1970-1980), o PIB potiguar superou espetacularmente as médias anuais obtidas pelo Brasil e pelo Nordeste com taxa média anual de 10,36%. Esse desempenho deve-se ao surgimento de novas atividades que paulatinamente ganham importância na formação do produto e da renda estadual, ao mesmo tempo em que se dá o desaparecimento de atividades tradicionais.

No que tange aos aspectos setoriais, as transformações estão assentadas no crescimento das atividades industriais, especialmente nas da indústria de transformação e na perda de importância do setor primário.

Quando da grande recessão que atingiu o país nos anos 80, provocada pela "crise da dívida" em virtude da cessação dos financiamentos dos países ricos ao "resto do mundo", em 1982, e da decretação da moratória sobre o serviço da dívida externa em 1987, a economia nordestina foi mais resistente diante do quadro crítico das contas externas do país, apresentando movimento médio anual de 3,3%, contra o de 1,6% registrado pelo Brasil. Mais uma vez, o Rio Grande do Norte se destaca e cresce numa média anual de 7,4% durante a "década perdida".

Tabela 1 – Taxa média anual de crescimento do PIB real do Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte – 1970-1999

| Período   | Rio Grande do Norte | Nordeste | Brasil   |
|-----------|---------------------|----------|----------|
|           | Taxa (%)            | Taxa (%) | Taxa (%) |
| 1970-1980 | 10,30               | 8,70     | 8,60     |
| 1980-1990 | 7,40                | 3,30     | 1,60     |
| 1990-1999 | 4,10                | 3,0      | 2,5      |

**Fontes:** FGV; IBGE.

Sudene/DPO/EPR/Contas Regionais – Nordeste.

Evidencia-se que a dinâmica da economia estadual deslocou-se da evolução da economia nordestina resultando em importantes alterações na estrutura econômica e repercussões espaciais no que diz respeito ao aspecto concentrador da urbanização.

Mesmo durante os problemas decorrentes do déficit público e da hiperinflação que castigaram o país no início dos anos 90, bem como das fortes consequências provocadas pelas crises do México, da Ásia e da Rússia, não chegaram a abalar, de todo, a economia nordestina. A Região registrou crescimento superior ao do Brasil (3%). Com a crise acesa, o Rio Grande do Norte, mais uma vez, apresentou taxa média anual de crescimento do PIB superior ao do Nordeste e do Brasil.

*Como consequência de seu dinamismo recente, a economia potiguar alterou significativamente sua participação no PIB do Brasil e do Nordeste. Passou de 0,46% em 1970 para 1,1% em 1999 sua participação no PIB do Brasil e de 4,7% para 6,4% no PIB do Nordeste.*

Tabela 2 – Participação percentual do PIB do Rio Grande do Norte em relação ao Brasil e ao Nordeste – 1970 e 1999

| ANOS<br>RN | Participação no PIB<br>do Brasil | Participação no PIB<br>do Nordeste |
|------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 1970       | 0,46                             | 4,70                               |
| 1999       | 1,10                             | 6,40                               |

**Fonte:** Sudene – DPO/EPR, Contas Regionais – Nordeste.

No que tange a sua estrutura produtiva nas últimas décadas e observando-se a participação média anual do PIB setorial no PIB Global, a Tabela 3 aponta que no período 1970-1974 a agropecuária contribuiu com 26,59%, a indústria com 25,42% e os serviços com 47,99%. Observa-se, também (na Tabela 3), que a década de 1980 foi extremamente favorável à indústria com importante deslocamento no período 1985/1989 e que nos anos 90 houve um rebatimento desse desempenho sobre a estrutura dos serviços, como veremos mais adiante, notadamente provocado pelo turismo.

Os dados revelam que o setor industrial é responsável por uma parcela maior na formação do PIB do Estado em relação à região a partir da década de 1980, muito embora decline nos anos 90. Outra indicação importante para o Nordeste e RN foi a gradativa redução da importância do setor agropecuário.

Tabela 3 – Nordeste e Rio Grande do Norte – Participação média anual do PIB setorial no PIB Global – 1970-1998

| PERÍODO   | AGROPECUÁRIA |       | INDÚSTRIA |       | SERVIÇOS |       |
|-----------|--------------|-------|-----------|-------|----------|-------|
|           | NE           | RN    | NE        | RN    | NE       | RN    |
| 1970-1974 | 25,16        | 26,59 | 26,57     | 25,42 | 48,27    | 47,99 |
| 1975-1979 | 21,65        | 21,09 | 27,34     | 26,76 | 51,01    | 52,15 |
| 1980-1984 | 15,54        | 11,85 | 30,03     | 31,96 | 54,42    | 56,19 |
| 1985-1989 | 16,11        | 13,21 | 28,72     | 37,03 | 55,17    | 49,76 |
| 1990-1994 | 13,09        | 7,91  | 24,28     | 34,03 | 62,64    | 58,06 |
| 1995-1998 | 13,23        | 7,99  | 18,20     | 26,59 | 68,57    | 65,42 |

**Fonte:** Sudene – DPO/EPR, Contas Regionais – Nordeste.

## Revisitando a década de 1970

Para entender as transformações ocorridas na estrutura econômica do Rio Grande do Norte na década de 1970, é preciso que se analise esta economia dentro do contexto das mudanças ocorridas na economia brasileira, particularmente no que se refere ao processo de desconcentração da produção industrial e de integração do mercado nacional.

O Rio Grande do Norte caracterizou-se até os anos 60 como um estado pobre e atrasado, com insignificante participação na vida econômica do país. Suas débeis estruturas produtivas e precárias relações de produção impediram-lhe de participar mais favoravelmente do processo de industrialização da economia brasileira que se iniciara nos anos 30, apesar da inserção do algodão – seu principal produto exportável – no mercado interno já naquele momento.

Somente na década de 1970 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Assistem-se a transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os sinais de transformações na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela extinta Sudene. Foram modernizados os processos de extração da scheelita e do sal marinho (final dos anos 60) e incentivada a criação de um pólo têxtil e de confecções no entorno de Natal. Foram os segmentos extrativo mineral, têxtil e agricultura de exportação que, juntamente com iniciativas de políticas governamentais (estadual e federal), comandaram as transformações verificadas no Rio Grande do Norte naquele momento.

Não se pode deixar de mencionar, entretanto, a representatividade da indústria tradicional (têxtil e confecções), principalmente do ponto de vista de sua capacidade de oferta de empregos. Os dados relativos a 1980 apontam que a indústria de confecções de roupas e agasalhos do vestuário masculino detinha no Rio Grande do Norte 8,03% dessa indústria em relação ao Brasil, e a de fiação, tecelagem e fiação e tecelagem 11,09%, todas fortemente concentradas em Natal, a capital potiguar. Esse parque industrial passou por um processo de modernização, alterando substancialmente sua estrutura nos anos 70 (Clementino, 1995).

Nos anos 80, essa indústria foi acentuadamente influenciada pelo processo recessivo e inflacionário que instabilizou a economia do país. A indústria de transformação apresentou grande inflexão na participação do PIB setorial, após o extraordinário desempenho anterior. Seu maior suporte, a indústria têxtil e de confecções, teve suas indústrias sucateadas pela crise econômica dos anos 80. Em 1989 esse ramo industrial empregava na Região Metropolitana de Natal, formalmente, 52% da mão-de-obra ocupada na atividade industrial. Em 1996 esse percentual caía para 42% (dados básicos do Ipea/Rais).

Nos anos mais recentes tem crescido a participação da indústria de produtos alimentares, principalmente quanto à ocupação de mão-de-obra. Na Região Metropolitana de Natal o ramo de alimentos e bebidas empregava, em 1989, 27% do emprego formal da atividade industrial, e em 1996 esse percentual elevava-se para 36% (Ipea/Rais).

No que se refere ao setor agropecuário, suporte tradicional da economia do RN, apresentou nos anos 70, em novas bases, a continuidade da coexistência de atividades pecuárias – pecuária bovina de corte – e de lavouras visando à produção de matérias-primas industriais. Uma análise das formas de inserção da agricultura do Rio Grande do Norte no processo de modernização (conservadora) da agricultura brasileira indica mudanças qualitativas na estrutura agrária local. Como aconteceu em todo o país, a modernização industrial no RN foi de certa forma acompanhada pela modernização da agricultura com

o crescimento da produção canavieira no litoral estimulada pelo Proálcool e pela expansão da pecuária sertaneja que se estabelece em novas bases produtivas iniciando a ruptura do secular binômio algodão-gado e, conseqüentemente, de suas pretéritas relações de trabalho, a parceria (Clementino, 1987).

A modernização da agricultura resultou, também, em inovações que implicaram o aparecimento de novas culturas de exportação (caju, coco da baía, melão). Surgiram "manchas de modernidade" no cenário agrícola estadual que se caracterizavam pelo uso de técnicas de irrigação, tecnologias avançadas no manejo do solo, uso de critérios de seleção de sementes, técnicas de controle de pragas etc. No entanto, no que se refere às culturas alimentares, aquelas tradicionalmente ligadas à pequena produção familiar, poucas foram as mudanças, à exceção do cultivo de mandioca.

O setor terciário – comércio e serviços – vem desde então se evidenciando como uma grande potencialidade para a capital e seu entorno. O segmento "comércio de artigos pessoais e domiciliares" alocava metade do emprego nos serviços distributivos nas datas censitárias de 1970 e 1980 (Clementino, 1995), e emergem na praça de Natal as redes de supermercados e uma avalanche de empresas regionais nos mais diversos ramos especializados: eletrodomésticos, automóveis, máquinas e implementos agrícolas, entre outros. No segmento "comércio de matérias-primas e atividades auxiliares do comércio" expandiram-se as atividades de corretagem de mercadorias e produtos agropecuários. Os setores tradicionais como transporte e armazenagem tiveram desempenho pífio, ao contrário, por exemplo, dos transportes rodoviários e urbanos (Clementino, 1995). Completando esse quadro, no setor serviços expandiram-se as atividades técnico-profissionais, as atividades financeiras e o setor imobiliário urbano.

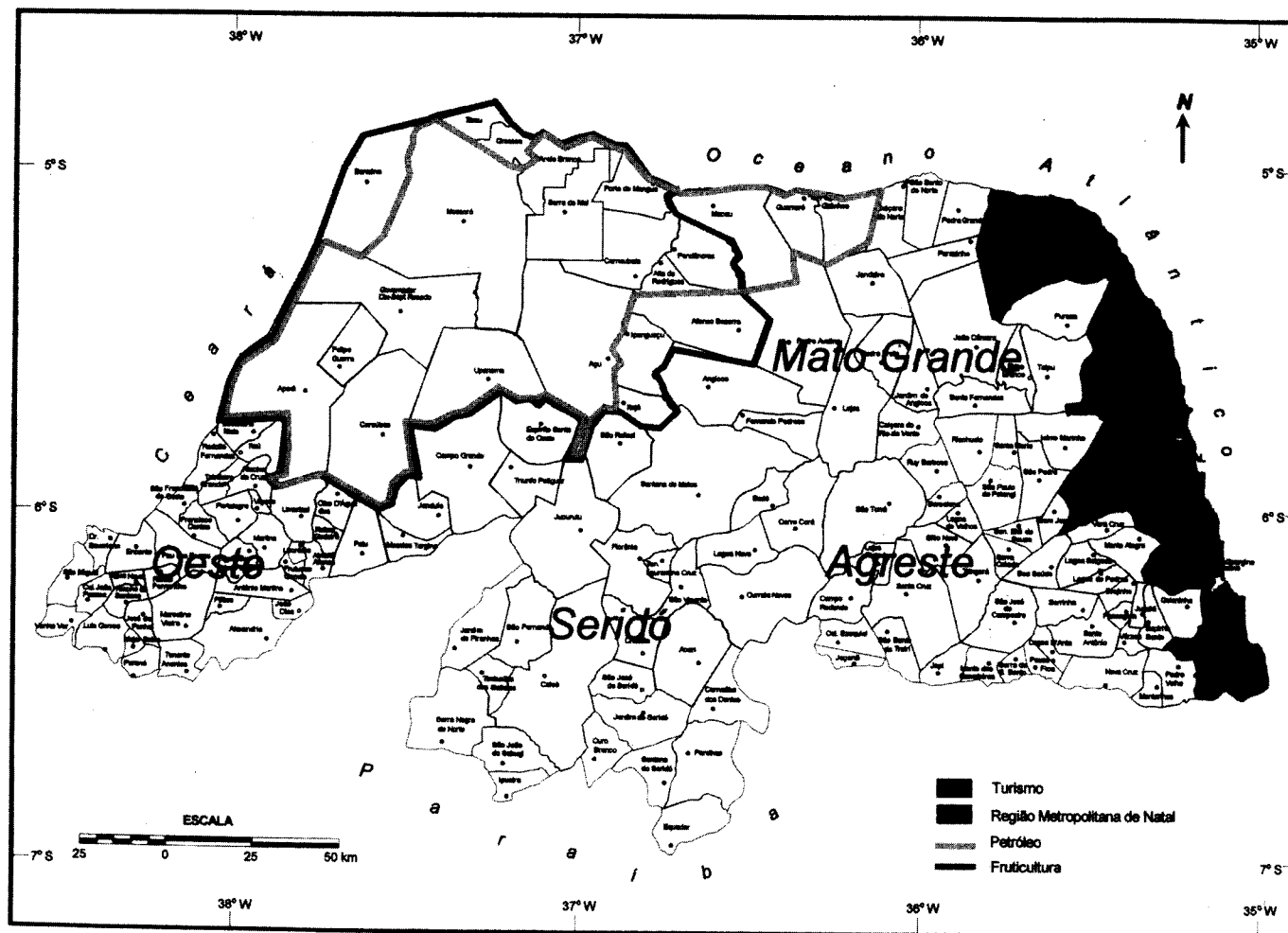
## Os focos de dinamismo recente

Essa estrutura produtiva determinada pela implantação de uma "nova indústria" no Nordeste e, portanto, pelos investimentos desconcentrados pela industrialização brasileira e pela intervenção direta do Estado, entra em novo período a partir de meados dos anos 80. Nesse período, a crise financeira e fiscal do Estado brasileiro, associada à crise externa, impõe a desorganização do modelo desenvolvimentista no país, contextualizada no longo período inflacionário em que mergulhou o Brasil. A crise afeta a economia do Nordeste pelo lado de sua dependência por investimentos públicos (capacidade de investimentos das diferentes esferas de governo, incentivos fiscais, taxa de consumo via emprego e transferências da previdência social).

Porém, verifica-se que a participação do produto regional no PIB nacional não cai, embora apresente-se em ritmo mais lento (veja Tabela 1). Mais uma vez o Rio Grande do Norte se destaca e cresce numa taxa média anual acima da média brasileira e regional. No geral, a economia estadual não parece acompanhar os efeitos do ciclo recessivo nacional entre 1985-1990. Muito ao contrário, demonstra ainda margem para seguir se beneficiando destes e de outros investimentos apesar da crise e instabilidade. Novas atividades se inserem e acentuam as transformações econômicas no Rio Grande do Norte.

Importantes movimentos da economia brasileira tiveram fortes repercussões no Nordeste e no Rio Grande do Norte nos anos recentes. Tendências da acumulação privada, reforçadas pela sempre presente *ação estatal na região, fizeram surgir e desenvolver no RN diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsável pelos elevados índices apresentados pela economia potiguar* (Mapa 1).

Mapa 1 – RN: Focos de Dinamismo Recente



Esse período mais recente, de 1970 para cá, não pode ser percebido como único. Dele, deve ser destacado: a) a década de 1970, como momento mais importante e de grandes mudanças na economia potiguar; b) os anos 80, mesclados pela crise da indústria de transformação no início da década, pela continuidade dos investimentos em petróleo na Bacia Potiguar, pelo início dos investimentos privados na fruticultura de exportação e pelos investimentos públicos e privados na infra-estrutura para o turismo (a partir de 1985); c) na década de 1990, a economia do RN absorve os primeiros impactos da *opção brasileira* por uma *inserção passiva* (Bacelar, 1997) no mercado mundial globalizado: reestruturação da indústria têxtil e de confecções, balas e doces, bebidas, alimentos.

Essas estruturas modernas e ativas são tratadas na literatura especializada ora como *frentes de expansão*, ora como *pólos dinâmicos*, ora como *focos de dinamismo*, ora como *áreas dinâmicas* (Bacelar, 1997), ora como *manchas* e até como *enclaves* (como é o caso do petróleo) (Clementino, 1995). Dentre as manchas de dinamismo cabe destacar o pólo de fruticultura irrigada Açu/Mossoró, o pólo têxtil e de confecções de Natal, o pólo turístico do litoral potiguar (projetos Rota do Sol e Costa das Dunas), a área da Bacia Potiguar (petróleo e gás natural) e mais recentemente o segmento de carcinocultura.

O *pólo de fruticultura irrigada Açu/Mossoró* cresceu comandado por grandes empresas (Maísa, Frunorte, Diretivos Agrícolas) que se especializaram na exportação de frutas. Cabe à fruticultura o bom desempenho das exportações nos anos 90 e a revitalização do porto de Natal. Melão, banana e mamão são os produtos produzidos no pólo fruticultor.

O *pólo têxtil e de confecções de Natal* desponta como um dos importantes centros do setor no âmbito regional.

O parque têxtil e de confecções de Natal é competitivo nacionalmente e, no caso da malharia, internacionalmente, em virtude de sua atualização tecnológica. As camisas e camisetas fabricadas pela indústria têxtil têm contribuído decisivamente para ampliar a folga da balança comercial do Estado.

O encadeamento do pólo potiguar com a base agrícola da região já não existe, devido à derrocada da produção de algodão do Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte desde os anos 70 (Clementino, 1987). Contudo, nos efeitos *para a frente* há perspectiva favorável na instalação de pequenas e médias malharias que se beneficiam das fiações já existentes, o que já vem sendo estimulado por empresários ligados ao setor. No que se refere ao segmento confecções, há espaço para reforço de um setor de tecelagem, bem como para o crescimento de unidades fornecedoras de aviamentos.

Por outro lado, as formas reestruturadas do setor de confecções têm feito surgir a interiorização dos serviços de costura terceirizada através de cooperativas, associações produtivas e pequenas empresas.

## O pólo turístico do litoral potiguar

Outra atividade que tem bons alicerces colocados desde os anos 70 na economia potiguar é o turismo. Entretanto, foi nos anos 80, com a implantação da via costeira – estrada que liga as praias do velho perímetro urbano de Natal a Ponta Negra e que concentra importante rede hoteleira. Um verdadeiro *boom* turístico é iniciado em 1985 e não pára de crescer até hoje. De acordo com as estatísticas locais, é responsável por um terço das rendas estaduais e grande responsável pela sustentação do emprego e da ocupação. Os recursos do Prodetur têm sido largamente utilizados na melhoria da infra-estrutura de Natal e municípios litorâneos. O Prodetur I (Projeto Rota do Sol) no sentido sul a partir de



Natal e até o limite com a vizinha Paraíba tem como suporte a melhoria de estradas que margeiam o litoral conectadas à BR-101 e com acesso às diversas praias. Nessa área de 80 Km costeiros misturam-se pequenos empreendimentos (hotéis, pousadas, restaurantes) com residências de veraneio.

O Prodetur II (Projeto Costa das Dunas) seguiu a mesma lógica, porém, com características diferenciadas. Foi feito o prolongamento da BR-101 ligando Natal e o Distrito Industrial de Extremoz até a cidade de Touros, distando 100 Km pelo litoral. Os empreendimentos que vêm surgindo na área são de grande porte, sejam *resorts*, sejam parques ecológicos aquáticos e marinhos para fins de entretenimento. É uma área nova que está sendo explorada para o turismo com muita rapidez neste início de século.

## A área do petróleo potiguar

A Petrobras é uma empresa em expansão no RN desde os anos 70. Ao longo dos últimos vinte anos, formou um território próprio na área noroeste do Estado, transformando o RN no segundo maior produtor de petróleo do país e o primeiro em terra. O petróleo é atualmente uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, tanto em volume de investimentos (refletindo no crescimento do PIB estadual), nos *royalties* que paga aos municípios produtores, ao próprio Estado e aos proprietários de terra, na compra de mercadorias e serviços que faz no mercado local e na massa de salários (altos) que faz circular direta ou indiretamente, com regularidade, no mercado local de consumo.

Hoje a Unidade de Produção da Bacia Potiguar (15 municípios do Rio Grande do Norte e dois do Ceará) tem 4.996 poços em operação em suas 53 concessões terrestres e 18 marítimas, 553 Km de oleodutos, 542 Km de gasodutos, 30 plataformas marítimas de produção e 1.050 Km de redes elétricas aéreas. A Unidade também detém 15 concessões de exploração produzindo atualmente 110 mil barris/dia de óleo e 4,1 milhões de metros cúbicos de gás natural com vendas para os estados do RN, CE, PB e PE de 1,2 milhão de metros cúbicos (*Diário de Natal*, de 12 de outubro de 2001, *Podium*, p.5).

O Pólo Industrial de Guamaré, no RN, recebe todo o petróleo e gás natural produzidos nos campos marítimos e terrestre da área do petróleo potiguar. É constituído por modernas instalações industriais onde são desenvolvidos tratamento e processamento do petróleo e gás natural. Conta com um terminal de armazenamento e transferência de petróleo, duas unidades de processamento de gás natural, plantas de produção de diesel e nafta e duas estações de tratamento de efluentes, que tratam a água que é separada do petróleo, antes de devolvê-la ao meio ambiente através de emissários submarinos. Fora isso, encontra-se em construção uma unidade para produção de querosene para aviação e óleo diesel que deverá entrar em operação no ano de 2002. Em conjunto com a Cosern (Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte) – privatizada em 1998 – está sendo construída uma termoeletrica de 300 megawatts.

Além da Petrobras, outras empresas nacionais e transnacionais já chegaram ao RN para trabalhar na exploração de petróleo e na produção de energia.

No período de 1996 a 2000, a Petrobras investiu para exploração e produção cerca de 14 bilhões de dólares. Este ano de 2002 serão aplicados 1,15 bilhão de reais. Além do mais, a Petrobras vem atuando na área de Ciência e Tecnologia. Em parceria com o Sesi/CNI implantou o Centro de Tecnologia do Gás e com a UFRN firmou em 2001 convênios para aplicação de recursos em desenvolvimento tecnológico do petróleo em 18 projetos de pesquisa.

Outro indicador do potencial que a Petrobras representa para o crescimento econômico do Estado é a auferição de *royalties*. Além do Estado e dos municípios produtores, têm direito ao recebimento os municípios que se localizam defronte às plataformas marítimas (Decreto Lei 2. 2705, de 6 de agosto de 1998) e os proprietários de terra (são cerca de 508 proprietários que recebem em média R\$ 15 mil/mês) em cujas propriedades foram encontrados petróleo no subsolo.

Apesar das atividades da Petrobras serem, ainda, estranhas à matriz técnica e social da economia do Rio Grande do Norte, permanecendo quase como um *enclave*, devem-se à Petrobras e à intensificação da prospecção de petróleo no Estado os números apontados no PIB estadual. Entretanto, num paradoxo, não consegue criar pólos dinâmicos nas regiões em que opera. Há pouca capacidade de gerar sinergia local a partir da atividade de extração do petróleo.

## O segmento de carcinocultura para exportação

A atividade econômica que mais cresce no Rio Grande do Norte, gerando emprego e renda, é a produção de camarão. É também a que reúne maiores perspectivas de expansão para os próximos anos. Produzindo cerca de 1.000 toneladas por mês, o RN já é o maior produtor de camarão do Brasil, concentrando 30% das fazendas do país. Esse crescimento está diretamente ligado ao incremento de novas tecnologias e ao pioneirismo do RN na produção de pós-larvas (principal matéria-prima no cultivo de camarão) desde os anos 70, a partir de um projeto governamental – Projeto Camarão – iniciado no governo Cortez Pereira.

Pelo exposto, pode-se inferir que as mencionadas áreas são pontos de intenso dinamismo econômico implantados no território norte-riograndense. As potencialidades agrícolas e minerais (petróleo), reveladas no Estado com grande evidência, constituem um RN que não existia há muito pouco tempo.

## As áreas de resistência à mudança

Ao mesmo tempo em que alguns subespaços do Rio Grande do Norte desenvolvem atividades modernas, em outros, a resistência à mudança permanece sendo a marca principal do ambiente socioeconômico: as zonas canavieiras, salineiras e do algodoeiro-pecuário são as principais e históricas áreas da economia potiguar com tal característica. Quando ocorre, a modernização é restrita, seletiva, o que termina por reafirmar um padrão tradicional (Bacelar, 1997).

As zonas canavieiras do Nordeste expandiram-se muito nos anos 70, impulsionadas pelo Proálcool. No Rio Grande do Norte, essa área é, fisicamente, muito pequena e compreende apenas a faixa litorânea setentrional, razão pela qual o RN nunca se constituiu como um estado açucareiro, na configuração do “complexo nordestino” (Clementino, 1995). Entretanto, essa expansão se fez mais com base na incorporação de terras (a área cultivada com cana-de-açúcar avança em direção ao agreste), mais do que na elevação dos padrões de produtividade. Nos anos 90, com a crise de financiamento do Estado (velho protetor do ineficiente setor) e a intensificação da concorrência, esse setor, no RN manteve, apenas, as duas antigas usinas açucareiras (Estivas e Ceará Mirim), tendo sido afetado, mais diretamente, aquele segmento ligado à produção de álcool anidro. Com o recuo da produção, as novas áreas de cana (de

avanço sobre o agreste) passaram por um processo de reestruturação. Hoje, são áreas ocupadas pela produção de abacaxi e aquelas na direção ao norte de Natal vêm desenvolvendo, também, a fruticultura irrigada.

Tradicional produto de exportação do RN, o sal foi um dos primeiros setores a serem beneficiados com recursos da Sudene, no início dos anos 70. O processo de modernização iniciado gerou enorme desemprego na região salineira, naquela época, e até hoje, o setor padece de dois problemas cruciais: a) o custo de transporte da matéria-prima, em face da distância em relação aos centros consumidores; e b) a subutilização da matéria-prima, pela condição inelástica do bem econômico. De 1971 a 1984, o setor passou por um período de crescimento ininterrupto, caracterizado por saltos qualitativos, do ponto de vista técnico, e com expressivos ganhos de produtividade. Esses saltos trouxeram consigo a necessidade de reestruturação das relações sociais de produção. Provavelmente, nenhuma dessas rupturas tenha sido tão radical e tão danosa do ponto de vista social, do que a mecanização das salinas. Dos anos 90 para cá, a indústria salineira vem passando por dificuldades. Grande parte das flutuações anuais nas quantidades produzidas pode ser explicada pela vulnerabilidade da produção em relação aos altos níveis de precipitação pluviométrica (ou seja: ano seco, ano bom para o sal). Mesmo assim, produz 95% do sal nacional.

No que se refere às antigas áreas do complexo algodoeiro-pecuário, particularmente na região do Seridó, as resistências à mudança são visivelmente maiores. A crise do algodão, já nos anos 70 (com a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil, modernizada no Estado e, mais recentemente, as políticas associadas ao Plano Real), contribuiu para dificultar, ainda mais, uma saída para essa secularmente frágil economia sertaneja. No arranjo político-organizacional local, o governo estadual direcionou recursos governamentais (federais e estaduais) para programas mitigadores. Dois deles, o Programa do Leite e o Programa das Águas, merecem, aqui, comentários, pois supostamente objetivam tornar menos difícil a sobrevivência das populações, que habitam esse *hinterland*.

O *programa do leite* foi implantado há seis anos. Atende hoje todos os municípios do Rio Grande do Norte e cerca de 107 mil famílias são beneficiadas com a distribuição de 120 mil litros de leite. O investimento mensal do governo é de R\$ 2,8 milhões e absorve 70% da produção de leite C, das usinas. Nesse período, o número de pessoas trabalhando nas fazendas e usinas de beneficiamento passou de 2.091 para 7.214. Pesquisa realizada pelo Idema, órgão de desenvolvimento e meio ambiente do governo estadual, identifica um alto grau de satisfação dos produtores com o programa do leite: 75% entre pequenos produtores, 89,1% entre os médios e 92,8% entre os grandes.

Aparentemente, o Programa do Leite tem contribuído para soerguer o setor, promovendo mudanças significativas numa das mais tradicionais atividades econômicas do Estado. Observa-se que houve modificações no perfil da produção pecuária, antes, mais direcionada à pecuária de corte e, hoje, organizada para a produção de leite. Entretanto, nessas áreas, os pequenos produtores, reideiros e parceiros continuam produzindo, sem conseguir, contudo, acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de reservas, para enfrentar um ano seco. Há apreensão no que diz respeito à sustentabilidade do setor, uma vez que induzido por gastos públicos, em área de interesse social.

O *Programa das Águas* consiste na implantação de um sistema de adutoras, para atendimento ao consumo humano, de água às localidades interiorizadas. São cerca de 132 comunidades, num total de 46 municípios, reconhecidamente assolados pelas secas periódicas. As estatísticas oficiais registram 1.080 km de adutoras projetadas, dos quais 885,5 km em operação, uma população de 549 mil pessoas bene-

ficiadas a um custo de 228,5 milhões de reais. O custo médio, *per capita*, do investimento, para o acesso à água pelas populações do interior, é de R\$ 416,00 (veja Tabela 4).

Tabela 4 – Sistema de adutoras do Rio Grande do Norte

| ADUTORA               | REGIÃO         | Ext. Total /Km | Em Operação/ Km | N. de Municípios | População Beneficiada | Custo Milhões R\$ | Per Capita em R\$ | Custo/ Km Extensão R\$ |
|-----------------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|------------------------|
| Arnóbio Abreu         | Médio Oeste    | 153,3          | 113             | 07               | 43,1                  | 23,7              | 559,0             | 154.598,8              |
| Manoel Torres         | Caicó          | 46,3           | 43,3            | 03               | 67,0                  | 9,5               | 141,8             | 205.183,5              |
| Jardim do Seridó      | Caicó          | 44,1           | 44,1            | 01               | 11,9                  | 2,6               | 218,5             | 58.956,9               |
| Aristófares Fernandes | Caicó          | 194,9          | 41,9            | 05               | 40,8                  | 27,1              | 664,2             | 139.045,6              |
| Monsenhor Expedito    | Agreste        | 315,6          | 315,6           | 20               | 129,0                 | 94,4              | 731,7             | 299.112,8              |
| Aluísio Alves         | Sertão Central | 204,0          | 204,0           | 08               | 39,0                  | 35,3              | 905,1             | 173.039,2              |
| Jerônimo Rosado       | Mossoró        | 123,4          | 123,4           | 02               | 218,0                 | 40,3              | 184,8             | 326.580,2              |
| TOTAIS ESTIMADOS      | RN             | 1.080,0        | 885,3           | 46*              | 549,0                 | 228,5             | 416,2             | 211.574,0              |

\*132 localidades/comunidades.

Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, como na indústria do sal marinho, tiveram impactos sociais muito negativos. Nessas áreas, não competitivas, à margem da nova dinâmica econômica do Rio Grande do Norte, onde os solos não possibilitaram a fruticultura irrigada, onde o turismo rural e religioso é turismo de pobres, onde a pluriatividade na agricultura é um arremedo, consubstanciada em estratégias de sobrevivência, são as aposentadorias e as transferências governamentais (FPM e ICMS) que movimentam a vida econômica local (Clementino, 1998). E, após tantos anos de dinamismo econômico no Estado, a questão fundiária permanece praticamente inalterada, apesar da miséria alarmante, que domina as áreas rurais. Essas áreas constituem a sub-região estagnada do RN – para seguirmos aqui a tipologia proposta por Bacelar (1997), para o Nordeste.

## Rebatimento espacial e concentração populacional: novas dinâmicas, mesmas cidades

De acordo com Bacelar (1995), a heterogeneidade econômica intra-regional resultou em diferentes trajetórias estaduais e metropolitanas. Destacam-se três subconjuntos socioeconômicos, em virtude de diferentes processos de ocupação: a) o “Nordeste” de Sergipe e Bahia, comandado por Salvador, cidade portuária e mercantil, onde se desenvolveu uma burguesia comercial e banqueira; no interior, a cana, o cacau e as zonas sertanejas dominavam; b) o “Nordeste” do Piauí e Maranhão, espaço de transição entre

o Nordeste seco e a Amazônia e visto como área de expansão da fronteira agrícola; c) o "Nordeste" do RN até Alagoas, onde a economia açucareira e a pecuária gestavam duas poderosas oligarquias e uma incipiente burguesia industrial. Dele, já se distinguia o Ceará pela não existência do complexo canavieiro (Bacelar, 1995, p.138).

Segundo Lopes Jr. (2000),

a dinâmica espacial desse renascimento econômico amplia a diferenciação interna na região e na unidade federativa. No Rio Grande do Norte, a heterogênea espacialização regional traduz-se na produção de duas sub-regiões dinâmicas: a) a da urbanização turística e da nova industrialização (Natal e municípios vizinhos); e b) a região da fruticultura irrigada de exportação (Açu). As regiões "beneficiadas" com a prospecção de petróleo (dentre as quais se situa aquela polarizada por Mossoró), não podem ser consideradas como economicamente dinâmicas, dada a pouca capacidade de produção de sinergia local (em cada município) da atividade de extração do petróleo no RN.

Essa heterogeneidade cresceu, nas últimas décadas, em face da convivência pacífica, ou não, das manchas de modernidade com estruturas tradicionais. No RN, essa convivência tem sido pacífica, terminando por conferir novas dinâmicas, sem alterar a espacialidade intra-estadual, as diferenciações internas e suas tendências, ao mesmo tempo em que provocavam um movimento mais geral de intensa urbanização e de uma industrialização, que se articula com o país e com o exterior. As estruturas preexistentes, a dotação dos recursos locais, com destaque para os investimentos públicos e mesmo o perfil empresarial dominante, contribuíram, dentre outros elementos, para reafirmar a rede urbana, do preexistente no Rio Grande do Norte. Aqui, se repetiram os ingredientes tradicionais da guerra fiscal na montagem do novo pólo industrial (têxtil e confecções, alimentar) e a associação entre os capitais locais e os capitais de fora, que procuram o RN (ou são procurados pelos governantes, ou por entidades empresariais), seja na esteira dos benefícios fiscais e financeiros federais. O programa de marketing regional oferece o *Diferencial RN* – gás natural a um preço médio que é 50% inferior àquele cobrado pelo mercado (Lopes Jr., 2000, p.156).

Por outro lado, o complexo industrial moderno, implantado em Natal, guarda estreita ligação com a base industrial preexistente, por estar fundado em atividades tradicionais da indústria nordestina: a têxtil e confecções e alimentos. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi) aplica, anualmente, cerca de 5% do total de ICMS arrecadado pelo governo estadual na promoção industrial. No período 1997/1999, as empresas que obtiveram maiores benefícios foram: Cia. Tecidos Coteminas, Vicunha Nordeste S/A, Indústria de Bebidas Antarctica, Guararapes Têxtil S/A, Coats Indústria S/A, São Paulo Alpargatas S/A e Bonnor Ind. de Botões Ltda. Sua tradução, mais correta, é a renúncia fiscal numa competição de soma zero (Mandado Popular, 2002).

Não restam dúvidas, pois, que as transformações ocorridas de forma seletiva – setorial e, espacialmente – pouco contribuíram para corrigir distorções na fragmentada, rarefeita e dispersa rede urbana potiguar. As relações econômicas e funcionais entre a Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração dos serviços públicos, que têm uma posição marcante no tecido socioeconômico estadual.

No processo de urbanização do Estado do Rio Grande do Norte, Natal desempenhou, historicamente, o papel de centro polarizador. Indicadores disponíveis atestam esse processo, acompanhado de peculiaridades. Em 1960, 62% da população do RN residia na área rural; em 1970, mais de 50% da população

residia em áreas, vilas ou cidades com menos de 20 mil habitantes, com a singularidade de que dos 49% residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes, 34,9% estavam concentrados em Natal e 10,8% em Mossoró. Ou seja, em 1970, somente Natal e Mossoró apresentam concentração urbana, fenômeno este agravado pela ausência de uma rede urbana intermediária no Estado.

Tabela 5 – População rural e urbana do Rio Grande do Norte

| ANOS | POPULAÇÃO |      |           |      |           |       |
|------|-----------|------|-----------|------|-----------|-------|
|      | RURAL     |      | URBANA    |      | TOTAL     |       |
|      | Absoluta  | %    | Absoluta  | %    | Absoluta  | %     |
| 1960 | 713.280   | 62,5 | 427.543   | 37,5 | 1.140.823 | 100,0 |
| 1970 | 812.876   | 52,4 | 737.368   | 47,6 | 1.150.244 | 100,0 |
| 1980 | 783.014   | 41,3 | 1.115.158 | 58,7 | 1.898.172 | 100,0 |
| 1991 | 745.956   | 31,0 | 1.668.165 | 69,0 | 2.414.121 | 100,0 |
| 2000 | 740.145   | 26,7 | 2.030.585 | 73,3 | 2.770.730 | 100,0 |

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1960, 1970, 1980 e Rio Grande do Norte, Governo do Estado, Fundação Idec. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte*, 1993. Cf. IBGE, *Sinopse preliminar do Censo Demográfico*, Rio de Janeiro, 1991.

Tabela 6 – Região Metropolitana de Natal 1980/1991 e 2000

| RMN                    | Reg | População 1980 |       | População 1991 |       | População 2000 |      | Taxa cresc. pop. 80/91 | Taxa cresc. pop. 91/2000 | Dens. 91 | Dens. 2000 | PEA urb. | PEA Admin. | PEA Pr. Sev. | PEA Com. Merc. | PEA Agrop. | PEA Ind. |
|------------------------|-----|----------------|-------|----------------|-------|----------------|------|------------------------|--------------------------|----------|------------|----------|------------|--------------|----------------|------------|----------|
|                        |     | Total          |       | Total          |       | Total          |      |                        |                          |          |            |          |            |              |                |            |          |
|                        |     | Abs.           | %     | Abs.           | %     | Abs.           | %    |                        |                          |          |            |          |            |              |                |            |          |
| RMN                    |     | 554213         | 100,0 | 826208         | 100,0 | 1038830        | 100  | 3,70                   | 2,21                     |          |            |          |            |              |                |            |          |
| Natal (RN)             | 6   | 416898         | 75,2  | 606887         | 73,5  | 709422         | 68,3 | 3,47                   | 1,57                     | 3633     | 4175       | 98,6%    | 17,9%      | 23,5%        | 17,6%          | 1,4%       | 21,3%    |
| Municípios Periféricos |     | 137315         | 24,8  | 219321         | 26,5  | 329408         | 31,7 | 4,35                   | 0,63                     |          |            |          |            |              |                |            |          |
| Parnamirim             | 1   | 26360          | 4,8   | 63312          | 7,7   | 123475         | 12,0 | 8,29                   | 4,43                     | 506      | 975,3      | 95,3%    | 11,8%      | 19,3%        | 11,5%          | 4,7%       | 37,2%    |
| Ceará-Mirim            | 1   | 40100          | 7,2   | 52157          | 6,3   | 62238          | 6,0  | 2,42                   | 2,14                     | 73       | 85,3       | 72,1%    | 5,5%       | 16,5%        | 12,8%          | 27,9%      | 24,9%    |
| S. Gonçalo do Amarante | 1   | 30797          | 5,6   | 45461          | 5,5   | 69342          | 6,6  | 3,60                   | 4,56                     | 174      | 2,65       | 84,2%    | 7,6%       | 13,7%        | 11,9%          | 15,8%      | 34,5%    |
| Macaíba                | 1   | 31267          | 5,6   | 43450          | 5,3   | 54812          | 5,2  | 3,04                   | 1,43                     | 90       | 111,4      | 76%      | 7,4%       | 14,5%        | 10,4%          | 24,0%      | 30,3%    |
| Extremoz               | 1   | 8791           | 1,6   | 14941          | 1,8   | 19541          | 1,9  | 4,94                   | 3,58                     | 111      | 144,4      | 64,1%    | 5,3%       | 17,5%        | 12%            | 35,9%      | 16,6%    |
| Rio Grande do Norte    |     | 1898835        | -     | 2415567        | -     | 2770730        | -    | 2,21                   | 2,01                     | 45       | 52         | 89%      | 6,2        | 20,6         | 15             | 25,0       | 17,5     |

**Fonte:** Censo demográfico 1980, 1991 e 2000.

Essa discrepância é timidamente corrigida no Censo de 1980. A população, pelo critério censitário, é menor, entretanto, o percentual de população em municípios com mais de 20 mil se coloca ligeiramente abaixo (53,3%), de população em áreas urbanas. Tal movimento reflete uma tênue modificação na rede urbana do interior, provavelmente, provocada por mudanças ocorridas no campo.

Em 1991, há acentuada flexão em relação a 1980. A população rural é muito pequena e não há indícios de modificações na rede urbana do interior. A população continua cada vez mais concentrada, em Natal e no seu entorno. Natal, sozinha, concentra 36,3% do Estado e o aglomerado urbano de Natal, 41,7%, que acrescidos à população urbana de Mossoró, que é de 11,5%, somam 53,2%.

Em 2000, pequenas modificações são observadas em relação a 1991. A população rural continua decrescendo (de 31% em 1991 para 26,7% em 2000), mas há indícios de modificações na rede urbana. Resta saber se estas modificações estão referidas apenas ao crescimento dos aglomerados urbanos de Natal e Mossoró ou, propriamente, às modificações mais amplas na rede urbana do interior (Tabela 7).

Tabela 7 – População dos municípios da Grande Natal

| Municípios              | 1970        |          | 1980        |          | 1991        |          | 2000        |          |
|-------------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
|                         | Pop. Resid. | Tx. Urb. | Pop. Resid. | Tx. Urb. | Pop. Resid. | Tx. Urb. | Pop. Resid. | Tx. Urb. |
| Natal                   | 264.379     | 97,4     | 416.898     | 100,0    | 606.887     | 100,0    | 709.422     | 100,0    |
| Parnamirim              | 12.123      | 69,3     | 26.630      | 75,2     | 63.242      | 76,7     | 123.475     | 87,4     |
| Macaíba                 | 29.126      | 34,1     | 31.267      | 54,5     | 43.397      | 66,7     | 54.812      | 65,7     |
| São Gonçalo do Amarante | 18.826      | 21,7     | 30.767      | 18,2     | 45.461      | 18,13    | 69.342      | 19,1     |
| Extremoz                | 8.991       | 7,08     | 8.701       | 37,7     | 14.941      | 54,68    | 19.541      | 68,5     |
| Ceará-Mirim             | 37.930      | 34,0     | 40.100      | 42,5     | 51.978      | 49,08    | 62.238      | 49,4     |

Fonte: Sudene/DPO/PLS/URB e IBGE.

Os dados indicam uma ligeira desconcentração populacional em relação ao município da capital, que reduz sua participação na população urbana do Estado, de 36,3% em 1991 para 34,9%, em 2000. Ao mesmo tempo sugere a continuidade do potencial de concentração do seu aglomerado urbano, que se eleva de 41,7% em 1991 para 45,1% em 2000, que acrescidos à população urbana de Mossoró (que é de 9,7%) somam 54,8%.

Observa-se, porém, que estão ocorrendo modificações na região polarizada por Mossoró (segunda cidade do Estado), que, como Natal, também decresce sua participação na população urbana do RN, de 11,5%, em 1991 para 9,7%, em 2000. Estudo realizado pelo Nesur/Ipea (1998) destaca a importância de Mossoró como centro regional. Preferimos, no entanto, resgatar a evolução da área polarizada pela cidade de Mossoró, recortando pelo crescimento populacional urbano, das áreas do pólo fruticultor Açu/Mossoró e da área do petróleo potiguar em separado.

A população urbana da área do petróleo decresce no período 1991 a 2002, de 18% para 16,9% da população urbana estadual. Os dados referentes à população urbana da área do pólo fruticultor mantêm-se estável nas duas datas censitárias (16% em relação ao total urbano do RN). No que diz respeito à dinâmica interna, o pólo fruticultor de Mossoró abrange 79% da população urbana, da mancha fértil de agricultura irrigada do RN.

Na Tabela 8, pode-se visualizar a trajetória populacional dos dez municípios mais populosos do RN em 1970. Tomando a referência de 26 mil habitantes – população atual de Macau, na região salina, constatou-se a existência de oito municípios, com população superior a esse número em 2000, estando em sua maioria localizados nas áreas de dinâmica econômica recente. Parnamirim e São Gonçalo, na Grande Natal; São José do Mipibu e Canguaretama na rota turística do litoral sul; Touros, na rota turística

do litoral norte e área nova de fruticultura; Apodi, na área petrolífera e da fruticultura irrigada. Chama a atenção, os números exibidos por Parnamirim, com população ascendente de 20 mil, 26 mil, 66 mil e 107 mil, nos últimos quatro censos do IBGE.

Tabela 8 – Rio Grande do Norte – Situação demográfica atual das dez cidades mais populosas em 1970

| Municípios    | 1970        |          | 1980        |          |               | 1991        |          |               | 2000        |          |               |
|---------------|-------------|----------|-------------|----------|---------------|-------------|----------|---------------|-------------|----------|---------------|
|               | Pop. Resid. | Tx. Urb. | Pop. Resid. | Tx. Urb. | % de $\Delta$ | Pop. Resid. | Tx. Urb. | % de $\Delta$ | Pop. Resid. | Tx. Urb. | % de $\Delta$ |
| Natal         | 264.379     | 97,4     | 416.898     | 100,0    | 1,57          | 606.541     | 100,0    | 1,45          | 709.422     | 100,0    | 1,16          |
| Mossoró       | 97.245      | 81,7     | 145.989     | 84,1     | 1,34          | 191.959     | 92,2     | 1,46          | 211.823     | 93,0     | 1,10          |
| Caicó         | 36.521      | 67,3     | 40.028      | 77,0     | 1,09          | 50.658      | 84,5     | 1,26          | 56.886      | 88,8     | 1,12          |
| Macau         | 25.800      | 73,0     | 24.059      | 72,7     | 0,84          | 26.000      | 76,0     | 1,08          | 25.709      | 72,4     | 0,98          |
| Currais Novos | 26.179      | 60,3     | 34.975      | 73,3     | 1,33          | 40.227      | 84,0     | 1,15          | 40.776      | 87,1     | 1,01          |
| Açú           | 25.038      | 53,0     | 34.890      | 58,7     | 1,39          | 43.539      | 67,7     | 1,24          | 47.857      | 72,3     | 1,09          |
| Paraná Mirim  | 27.930      | 34,0     | 40.100      | 42,5     | 1,05          | 51.978      | 49,8     | 1,26          | 62.238      | 49,4     | 1,19          |
| Santa Cruz    | 20.323      | 48,5     | 22.337      | 59,0     | 1,09          | 28.686      | 76,0     | 1,28          | 31.260      | 81,8     | 1,08          |
| Nova Cruz     | 22.285      | 38,2     | 26.048      | 49,1     | 1,16          | 30.031      | 59,7     | 1,15          | 33.842      | 63,9     | 1,12          |

Fonte: IBCE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

## Considerações finais

Nas últimas três décadas o Rio Grande do Norte registrou sem dúvida um progresso considerável em termos de modernização e desenvolvimento econômico. Os avanços concentraram-se no período que foi dos anos 70 à virada do século. Assim como as mudanças profundas ocorridas no Brasil no pós-2ª Grande Guerra acentuaram as diferenças regionais, as diferenças sociais e as diferenças econômicas, o mesmo ocorreu no Rio Grande do Norte em anos mais recentes.

O crescimento da economia nordestina foi mais dinâmico que o crescimento da economia brasileira nesses trinta anos, apresentando significativas diferenças com relação ao desempenho dos setores produtivos em termos global e regional. Em termos intra-regional, o desempenho econômico dos estados que compõem o Nordeste também apresentou diferenças importantes. E o Rio Grande do Norte destacou-se quanto ao crescimento de seus setores econômicos.

Ao longo do trabalho buscou-se destacar a trajetória dessa dinâmica recente e as formas pelas quais a urbanização dela resultante foi explicitada. Para tanto, foi dado destaque à concentração populacional e à polarização espacial que tal dinamismo recriou, reafirmando a configuração de uma rede urbana esgarçada, tênue, dispersa e fragmentada, apesar das modificações ocorridas no cenário econômico.

Ressaltamos que o dinamismo do RN é muito localizado em poucos focos dinâmicos. Os que tiverem consistência continuarão provavelmente a crescer. Na atualidade, as políticas públicas voltadas para a região contemplam o turismo e a irrigação, o mercado (re)organiza a indústria, e "o petróleo é nosso", um bem estratégico. O Estado continuará sendo juntamente com os atores econômicos locais o grande artífice do processo econômico no Rio Grande do Norte, sempre a reboque dos interesses externos.



Mostramos as evidências das diferenciações intra-estaduais. Os segmentos não competitivos, as antigas áreas, como o Seridó, hoje em crise e sendo (re)estruturadas a partir de políticas públicas compensatórias sem o enfrentamento dos problemas que historicamente lhes afetam, como por exemplo, a questão da terra.

Por outro lado, o Rio Grande do Norte não está incluído em nenhum dos grandes projetos de infraestrutura do governo federal (Brasil em Ação e Avança Brasil, com a idéia de integração dos eixos), mas, como vimos, nos projetos de irrigação e no Prodetur. Desse modo, as áreas da cana-de-açúcar, as áreas em redefinição como o semi-árido, não têm sido objeto de iniciativas mais consistentes.

Por fim, tentamos perceber essas transformações pelo sentido que coloca à urbanização observando a forte concentração populacional e intensa polarização espacial engendradas por essas transformações e seu rebatimento sobre as cidades. Delas resultantes, a permanência do intolerável: duas cidades, Natal e Mossoró, arrebatadas em seu futuro como cidade. Na medida em que essa dinâmica concentracionista exclui possibilidades aos núcleos urbanos do interior. Portanto, no Rio Grande do Norte, as novas dinâmicas fizeram permanecer as mesmas cidades (de pobres, de famintos, de desesperados, de desempregados).

## Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, M. J. de O. *O georritmo do "Cavalo de Pau" nos municípios da área do Petróleo Potiguar*. Natal: UFRN, 2001.
- BACELAR, T. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, v.11, n.29, p.7-36, 1997.
- \_\_\_\_\_. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFONSO, R., SILVA, P. L. B. (Org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap, UNESP, 1995. p.125-53.
- \_\_\_\_\_. Brasil, anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. *Estudos Urbanos e Regionais*, n.2, p.9-24, 2000.
- CAMARÃO: atividade que mais cresce no RN. *Foco*, ano 1, n.6, 2001.
- CLEMENTINO, M. do L. M. *O maquinista do algodão e o capital comercial*. Natal: Edufern, 1987. 285p.
- \_\_\_\_\_. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: Edufern, 1995. 371p.
- \_\_\_\_\_. Realismo das finanças municipais no Nordeste do Brasil. In: SOARES, J. A. (Org.) *O orçamento dos municípios brasileiros*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- \_\_\_\_\_. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: BARREIRA, I., LEMENHE, M. A. *Além das fronteiras: região, políticas públicas e dinâmicas institucionais*. São Paulo: Terceira Margem, 2000. p.75-91.
- \_\_\_\_\_. Receitas municipais no nível local de governo. *Cadernos Metrópole (São Paulo)*, Educ, n.4, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A região metropolitana de Natal*. Natal: UFRN, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- DIÁRIO DE NATAL. *Podium*. Natal, 12 out. 2001. p.5.

- GARCIA, O. L. *A evolução da economia do Estado do Rio Grande do Norte: 1970-1999*. Natal: UFRN, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- GOMES, A. *Características e transformações no rural do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- LOPES JR., E. *A construção social da cidade do prazer*. Natal: Edufern, 2000. 185p.
- MANDADO POPULAR da Deputada Fátima Bezerra – PT. *Orçamento: isso é da sua conta (1995-2002)*. Natal, nov. 2001.
- NESUR/YPEA. *Tendências e crescimento da rede urbana brasileira: Região Nordeste*. Campinas: IE/Unicamp, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- O DIFERENCIAL de quem faz o Rio Grande do Norte. *Empresas e Empresários*, ano IV, 2000.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, P. Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras. In: SOARES, J. A. & CACCIABAVA, S. *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998. p.97-142.